Sandra Garcia Silva

De: ana sales <anasales_1@hotmail.com>
Enviado: sexta-feira, 25 de agosto de 2017 10:25
Para: aprovisionamento
Assunto: Convite à apresentação de proposta no âmbito de procedimento de ajuste direto para aquisição de serviços na modalidade de tarefa para a área da educação - Procedimento 2017/300.10.005./1069
Anexos: CMS.pdf

Exmo Sr. Presidente

venho por este meio enviar a resposta referente ao procedimento n.º 2017/300.10.005/1069

Os melhores cumprimentos,

Ana Sales

Ana Margarida Rodrigues Correia Sales

Rua Júlio Gomes da Silva, n.º 19

7520-159 Sines

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sines

Largo Ramos da Costa

7520-159 Sines

Eu, Ana Margarida Rodrigues Correia Sales, titular do CC 11390145 e NIF n.º 216839106, residente na Rua Júlio Gomes da Silva, n.º 19 7520-219 Sines, venho por este meio apresentar a minha proposta para o procedimento n.º 2017/300.10.005/1069 – Aquisição de Serviço na modalidade de tarefa para o serviço de Educação, pelo período de 11 (onze) meses, com inicio de 01 de Setembro. Pelo valor 8.928,37 (oito mil novecentos e vinte e oito euros e trinta e sete cêntimos), isento de IVA e sem retenção de IRS (25%).

Sines, 25 de Agosto de 2017

Com os melhores cumprimentos,

Ana Margarida Rodrigues Correia Sales

ANEXO I

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1- Ana Margarida Rodrigues Correia Sales, titular do CC 11390145 e NIF n.º 216839106, residente Rua Júlio Gomes da Silva, n.º 19 7520-219 Sines, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de 2017/300.10.005/1069 – Aquisição Serviço na Modalidade de tarefa para o Serviço de Educação, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.

2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) Proposta;

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontram em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente.

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a honorabilidade profissional 4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *e)* do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 71.º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no nº 1 do artigo 460.º do presente Código;

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho(13);

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declara nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por nenhum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Concelho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos temos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação da entidade competente para efeitos de procedimentos criminal.

6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b), d), e)* e *i)* do n.º 4 desta declaração.

comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b), d), e)* e *i)* do n.º 4 desta declaração.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do numero anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Sines, 25 de Agosto de 2017

Ana Margarida Rodrigues Correia Sales